

Clipping do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, 15 de julho de 2016



Prefeito preso teve contas reprovadas pelo TCE-PI

Preso na Operação Parente nesta quinta-feira (14), o prefeito Delano Parente, de Redenção do Gurguéia, preso nesta quinta-feira (14) na Operação Déspota, teve a prestação de contas referente a 2013 julgada irregular por unanimidade pela 1ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI). O julgamento ocorreu em abril deste ano.

O TCE-PI também participou da Operação Déspotas com auditores de controle externo e fornecendo informações estratégicas que levaram ao aprofundamento das investigações de irregularidades em Redenção de Gurguéia.

O relator do processo da prestação de contas de Delano Parente, conselheiro Olavo Rebêlo, apontou diversas irregularidades na documentação apresentada pela prefeitura. – entre elas fraudes em licitações, contratações ilegais e acúmulo de cargos, atraso na entrega de documentos e inconsistência entre informações de despesas e gastos efetivamente realizados. No julgamento, Olavo seguiu o parecer do Ministério Público de Contas pela reprovação das contas de gestão e aplicação de multa de 2 mil UFR-PI (Unidade de Referência do Piauí) ao prefeito, sendo seguido por unanimidade pelos demais conselheiros da 1ª Câmara.

A Operação Déspota foi desencadeada nesta quinta-feira (13) pelo Ministério Público do Estado do Piauí em Teresina, Redenção do Gurguéia, Morro Cabeça no Tempo, Bom Jesus e Avelino Lopes, no sul do estado, e resultou na prisão do prefeito de Redenção do Gurguéia, Delano Parente, e de mais 15 pessoas, entre secretários municipais, empresários, advogados e um vereador.

Os auditores de controle externo do TCE-PI João Luís Cardoso Figueiredo Júnior e Ítalo de Brito Rocha participaram das operações de prisão e de busca e apreensão em Redenção do Gurgueia.

Da Redação

Redacao@cidadeverde.com

15/07/2016 09h34 - Atualizado em 15/07/2016 10h15

Em áudio, prefeito preso no PI combina preço de licitação com empresário

Gravação mostra conversa de prefeito de Redenção, Delano de Oliveira Parente. Gestor foi preso com outras 15 pessoas durante a Operação Déspota.

O turismo piauiense prepara-se para alçar vôos cada vez mais altos.



15/07/2016 09h34 - Atualizado em 15/07/2016 10h15

Em áudio, prefeito preso no PI combina preço de licitação com empresário

Gravação mostra conversa de prefeito de Redenção, Delano de Oliveira Parente.

A Polícia Civil do Piauí divulgou na noite de quinta-feira (14) o áudio de uma conversa do prefeito de Redenção do Gurguéia, Delano de Oliveira Parente Sousa (PP), e um empresário. Segundo o coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), promotor Rômulo Cordão, na gravação o gestor preso durante a **Operação Déspota** negocia o valor de uma licitação.

Os advogados do prefeito ainda não se manifestaram sobre as acusações feitas pelo Ministério Público.

"Este foi apenas um dos áudios coletados durante a investigação. Na gravação, o prefeito conversa com um empresário para diminuir o valor da licitação, para não que não exceda R\$ 15 mil, porque acima deste valor necessariamente deveria existir um processo licitatório mais complexo e o preço abaixo disto a lei permite que haja uma dispensa. Tal abertura facilita o gestor prestigiar determinadas empresas e ter acesso ao dinheiro público", explicou o promotor.

saiba mais

- **Operação Déspota: valor desviado em esquema pode chegar a R\$17 milhões**
- **Prefeito e empresários são presos em operação contra corrupção no Piauí**

No áudio (veja acima), o prefeito demonstra total conhecimento da lei para não ser investigado pelo Tribunal de Contas do Estado ao falar: "Até 15...mas a dispensa só poderia fazer outra a partir de janeiro de 2016. É uma por ano só que a lei permite. Ela [a lei]

disse que se fizer desse outro jeito aí, ela [a lei] vai dizer que você fracionou a despesa. O Tribunal pega... Se não era fácil demais, o cara dividia, realmente dividiam em vários pedacinhos, mas eles [Tribunal de Contas] não aceitam não, eles fiscalizam".

A primeira fase da Operação Déspota cumpriu 30 mandados judiciais e prendeu 16 pessoas, entre elas, o prefeito de Redenção do Gurguéia, secretários municipais, vereadores, advogados e empresários. Eles são investigados por suspeita de fraude, corrupção, superfaturamento e desvio de verbas públicas. "A partir de agora o Ministério Público vai fazer toda uma análise dos documentos que foram apreendidos. Nós temos provas robustas, tanto que elas serviram de base para o decreto oficial destas prisões de quinta-feira. Não descartamos que outras cidades sejam investigadas", revelou Rômulo Cordão.

Conforme a investigação, pelo menos 40 pessoas e sete empresas participaram da fraude. De acordo com o promotor, os empresários se aliam a uma gestão municipal e participam do processo licitatório, que deveria ser competitivo para se procurar o melhor serviço, e na verdade burlam este procedimento no intuito de subtrair do erário público.

"São empresas de fachada que não têm capacidade operacional, faturam milhões e não têm funcionários, nem veículos e foram abertas há um ou dois anos. O que chama atenção é que estas empresas, sem nenhuma habilidade e experiência no ramo, de repente chegam e conseguem contratos milionários. Elas não declaram à Receita Federal e servem apenas para emitir notas para os municípios e o gestor justificar junto ao Tribunal de Contas", explicou.



Edilson Correia (Foto: Reprodução/TV Clube)

Desvio de R\$ 17 milhões

O Ministério Público Estadual do Piauí (MPE) estima que o valor desviado pelo prefeito, empresários e outros gestores públicos, chegue a R\$ 17 milhões.

"É um conjunto de evidências já levantadas previamente. A CGU (Controladoria Geral da União) está nesta operação porque também se trata da aplicação irregular de recursos federais. Foram contratações irregulares, fraudes em licitações, uso de notas fiscais frias e a participação de empresas fantasmas", falou Edilson Correia, da CGU.

Entenda o caso

A operação foi deflagrada no início da manhã da quinta-feira (14). Agentes do Ministério Público do Piauí, do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e das Polícias Civil, Militar e Rodoviária Federal estiveram nos municípios de Redenção de Gurguéia, Teresina e Bom Jesus.

Foram expedidos oito mandados de prisão preventiva, oito mandados de prisão temporária, três de condução coercitiva e onze de busca e apreensão.

As investigações foram desencadeadas depois que a Controladoria Geral da União (CGU), Tribunal de Contas do Estado (TCE) e o Ministério Público Estadual (MPE) descobrirem fortes indícios de corrupção, superfaturamento, emissão de notas fiscais frias, utilização de empresa de fachada e lavagem de dinheiro.



Operação Déspota: em áudio, prefeito preso discute como fraudar licitação

Operação Déspota resultou na prisão do prefeito de Redenção do Gurgueia, Delano Parente, e de mais 15 pessoas, entre secretários municipais, empresários, advogados e um vereador.

14/07/2016 18:54h - Atualizado em 14/07/2016 19:52h

Uma gravação divulgada pela Polícia Civil do Piauí mostra uma conversa entre o prefeito Delano Parente (PP), de Redenção do Gurgueia, e um homem identificado como Marcelo, na qual os dois discutem formas para facilitar a fraude de contratos firmados pela Prefeitura.

O interlocutor do prefeito questiona se ele "quer logo completo ou pode dividir em duas", supostamente se referindo a uma obra contratada pelo município. Ao que o prefeito responde: "Não... pode dividir".

"Mas é disso que eu tô falando, que em vez de fazer um projeto só , com tudo, tem que dividir em duas mesmo, que aí não dá licitação, né? Tu acha que até quanto dá licitação?" - questiona o interlocutor do prefeito.

E Delano Parente responde: "Até 15... é... é... peraí, todas elas dão licitação na realidade... Mas a dispensa só poderia fazer outra a partir de janeiro (2016)".

A intenção dos dois, conforme a investigação da Polícia, era conseguir a dispensa de licitação, de maneira a possibilitar o desvio de recursos públicos.

A operação Déspota resultou na prisão do prefeito de Redenção do Gurguéia, Delano Parente, e de mais 15 pessoas, entre secretários municipais, empresários, advogados e um vereador.

Os presos na operação são acusados de corrupção ativa, corrupção passiva, sonegação fiscal, fraude em licitação, cartel, peculato, associação criminosa, superfaturamento de preços, uso de notas fiscais frias e de empresas de fachada, além de lavagem de dinheiro.

A operação contou com a participação de mais de cem policiais da Polícia Civil, da Polícia Militar e da Polícia Rodoviária Federal, além de técnicos da Controladoria-Geral da União, do Tribunal de Contas do Estado e do Ministério Público do Piauí.

Por: Cícero Portela

ONDE EXISTE IMPREN

14/07/2016 - 09:56

14/07/2016 - 09:56

"Operação Déspota" prende prefeito e secretários no Piauí

Ao todo, 30 ordens judiciais foram expedidas pelo desembargador do TJ-PI Pedro Macêdo

Autor: Manoel José

TERESINA - O **prefeito** de **Redenção do Gurguéia, Delano Parente** (PP) foi **preso** na manhã desta quinta-feira (14) junto com **secretários** municipais e seu pai, Audemes de Sousa Nunes. As prisões se deram em decorrência da **Operação Déspota**, deflagrada na madrugada de hoje.

A polícia cumpre 16 mandados de prisões foram expedidos em Teresina e no Sul do Piauí. Segundo o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), responsável pela operação, os presos são suspeitos de fraudes em licitações, superfaturamento, peculato, e lavagem de dinheiro.



Prefeito riu ao chegar na sede da polícia Foto: Arquivo Pessoal

Homens da Polícia Civil, Militar, Rodoviária Federal (PRF), Tribunal de Contas do Estado (TCE) e da Controladoria Geral da União (CGU), estão participando das diligências.

Ao todo, foram expedidas 30 ordens judiciais. Oito mandados de prisão preventiva, oito de prisão temporária, 11 de busca e apreensão, e mais três de condução coercitiva.

O desembargador Pedro Macêdo foi o responsável por determinar as prisões. A promotora Gilvânia Alves Viana é quem acompanha a polícia nas apreensões na cidade de Redenção do Gurguéia.

Em entrevista à TV Meio Norte, o prefeito riu ao ser indagado pelo repórter sobre o motivo da prisão. “Não sei por que estou sendo preso. Não sei exatamente ainda. Um abraço lá pra cidade”, sorriu.

<http://www.capitalteresina.com.br/noticias/politica/operacao-despota-prende-prefeito-e-secretarios-no-piaui-43173.html>

Ficha-suja não impede registro de candidatura, diz procurador eleitoral

O procurador regional eleitoral do Piauí, disse que é necessário um filtro completo das ações nas quais o pré-candidato esteja inserido.

15/07/2016 07:09h

Em vigor desde as eleições de 2010, a Lei da Ficha Limpa não tem aplicação imediata sem uma investigação na vida pregressa do candidato. Isso porque o fato do candidato ficha-suja precisa ser investigado pela Justiça Eleitoral e o Ministério Público.



Foto: Moura Alves/ODIA

O procurador regional eleitoral do Piauí, Israel Silva, disse que é necessário um filtro completo das ações nas quais o pré-candidato esteja inserido para que possa decidir sobre o registro ou não da candidatura. “Isso tem que ser feito com muito cuidado, caso contrário o candidato ficha-suja pode ser eleito. Aí, depois, a cassação do mandato pode demorar, fazendo com que ele exerça-o de forma ilegítima”, afirma o procurador.

A primeira análise do candidato (que não pode ter sido condenado em órgãos colegiados) é feita pela Justiça Eleitoral, pelos partidos, que usam listas emitidas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) e Tribunal de Contas da União (TCU).

Em seguida, vem a análise mais profunda, feita pelo Ministério Público Eleitoral. “Temos outros bancos de dados de forma a pegar integralidade da Lei da Ficha Limpa. Procuramos saber os candidatos que foram excluídos do serviço públicos, dos conselhos de profissão, os que tiveram condenação criminal. Nosso banco de dados é pegar a integralidade das hipóteses de inelegibilidade”, explica Israel Silva.

Na próxima sexta-feira, 15, Silva comandará uma reunião com todos os promotores eleitorais para estabelecer estratégias de fiscalização desse período de pré-campanha e campanha. O encontro acontecerá na sede do MPF, na Avenida João XXIII, em Teresina.

Por: Robert Pedrosa - Jornal O DIA



Mais um adiamento - 14/07/2016 às 15h32

TCE adia novamente processo sobre irregularidades em repasses da CCOM

O conselheiro Delano Câmara declarou que fará julgamento monocrático sobre o caso

O conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Delano Câmara, declarou em sessão no plenário, nesta quinta-feira (14/07), que adiaria quase todos os seus processos pelo prazo de 7 dias, incluindo a denúncia, feita pelo **180graus** de irregularidades contra a Coordenadoria de Comunicação do Estado do Piauí (CCOM).

"Estou adiando pelo prazo de 7 dias todos os meus processos, com exceção de um e, para não tumultuar este plenário, irei tomar decisões monocráticas sobre eles", declarou o conselheiro.

Segundo Delano, as decisões sobre os processos serão decididas apenas por ele, sem a apreciação dos outros conselheiros.

Na pauta de hoje estava uma solicitação, que também foi adiada, de inspeção na CCOM por supostas irregularidades em procedimentos licitatórios realizados pela Coordenadoria.

As denúncias dizem respeito a irregularidades de repasses de verbas a empresas de publicidade do Piauí.



14/07/2016 - 11h44

[aumentar fonte](#) [diminuir fonte](#)

[Roberta Oliveira](#)

Comissão da OAB acompanha prisão de advogados na operação Déspota

Um dos advogados foi identificado como Igor Martins.

ANDREIA SOARES, DO GP1

Atualizada em 15/07/2016 - 07h59

Dois advogados foram presos, nesta quinta-feira (14), por suspeita de envolvimento no [esquema fraudulento na prefeitura de Redenção de Gurgueia](#). A presidente da Comissão de Prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Piauí (OAB-PI), Roberta Oliveira, afirmou ao **GP1** que desde as 5h da manhã estão acompanhando as diligências.

Imagem: Lucas Dias/GP1



Advogada Roberta Oliveira

“Nós recebemos o comunicado ontem à noite que haveriam buscas nos escritórios dos advogados e como ordem [OAB], é nosso dever acompanhar os cumprimentos, no caso, os mandados de prisão, um temporário e um preventivo”, ressaltou.

Um dos advogados, identificado por Igor Martins foi encaminhado para a Central de Flagrantes e o outro, identificado apenas como Thiago, está prestando depoimento na sede do Gaeco. “Eles foram presos após uma investigação originária do Ministério Público do Estado do Piauí (MPE-PI), através da Gaeco [Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado], supostamente por fraude em licitações, entre outros crimes”, declarou.

Imagem: Divulgação



Advogado Igor Martins

As diligências são da **Operação Déspota**, deflagrada na Capital e no interior, em ação conjunta com as Polícias Civil, Militar e Rodoviária Federal, a Controladoria Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas do Estado (TCE).

OAB

O **GP1** também entrou em contato com o presidente da OAB seccional Piauí, Chico Lucas. “A OAB, por meio da Comissão de Defesa das Prerrogativas dos Advogados está acompanhando toda a ação. Esta comissão vai fazer as avaliações necessárias e encaminhar o caso ao Tribunal de Ética e Disciplina”, explicou.

Imagem: Lucas Dias/GP1



Chico Lucas

Outras prisões

O prefeito Delano de Oliveira Parente Sousa (PP) e o pai, o secretário municipal de infraestrutura, Aldenes de Sousa Nunes também foram presos. Além deles, o vereador Francisco das Chagas Macedo de Andrade (PcdoB); alguns secretários municipais, entre eles um de saúde; o ex-presidente da Comissão de Licitação, empresários e advogados.

Imagem: Priscila Caldas/GP1



Prefeito Delano Parente chegando ao Gaeco



14/07/2016 - 12h18

Presidente da APPM

Arinaldo Leal se solidariza com o prefeito Delano Parente

A Operação Déspotas foi deflagrada nesta quinta-feira (14) pelo Ministério Público Estadual.

BÁRBARA RODRIGUES E BRUNNO SUÊNIO, DO GP1

Atualizada em 14/07/2016 - 12h19

O presidente da Associação Piauiense dos Municípios (APPM), o prefeito Arinaldo Leal, compareceu à sede do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (GAECO), localizada na zona Leste de Teresina, onde está preso o prefeito de Redenção do Gurgueia, Delano Parente, **acusado de participar de um esquema para fraudar licitações na prefeitura.**

A **Operação Déspotas** foi deflagrada, nesta quinta-feira (14), pelo Ministério Público Estadual, com apoio da Polícia Civil, a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal (PRF), o Tribunal de Contas do Estado (TCE) e a Controladoria Geral da União (CGU).

Imagem: Lucas Dias/GP1



Arinaldo Leal

Segundo Arinaldo Leal, ao ser informado sobre o caso, resolveu prestar solidariedade ao gestor. “Soubemos pela imprensa dessa questão que envolve nosso colega prefeito de Redenção do Gurgueia, viemos prestar solidariedade a ele e ver realmente o que estava acontecendo”, explicou.

O presidente da APPM, explicou que a Associação irá ajudar no que for possível, principalmente em relação à administração da cidade. “Vamos ver se temos como auxiliar do ponto de vista administrativo lá na cidade, pois sabemos que o prefeito está nessa situação e o município tem que continuar com as suas ações e vamos ver o que podemos fazer aqui por ele”, afirmou.

<http://www.gp1.com.br/noticias/arinaldo-leal-se-solidariza-com-o-prefeito-delano-parente-398107.html>



Sobre a Operação Déspota - 14/07/2016 às 14h46

Chico Lucas afirma que advogados presos podem ser expulsos da OAB

Profissionais são acusados de atuarem, como advogados, para fraudar licitações e tirarem sua parte

Por Rômulo Rocha

O presidente da OAB no Piauí, Chico Lucas, declarou que os advogados presos envolvidos na Operação Déspota, Igor Martins e Tiago Rodrigues Júnior, podem ser expulsos dos quadros da Ordem e perder o direito de exercerem a advocacia, mas... “dependendo do caso”.

“Primeiro a Ordem agiu para garantir as prerrogativas. [No] segundo momento iremos encaminhar as denúncias ao Tribunal de Ética Disciplinar (TED), para abrir processo ético-disciplinar. Dependendo do caso, eles podem ser expulsos”, garantiu.

Após explicar que os processos no âmbito do TED tramitam em segredo por força de lei, Chico Lucas disse ainda que as penalidades sofridas por um advogado, como a expulsão, dependem do crime praticado. Ainda, se há relação entre esse crime e o exercício da profissão.

Ou seja, se ao cometer o crime, o profissional agiu como advogado, com os conhecimentos de um profissional pertencente à categoria, visando esse fim, o cometimento do ilícito.

AO QUE TUDO INDICA... SIM!

Para o Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público do Estado do Piauí - o GAECO, promotor Rômulo Cordão, a participação dos advogados foi justamente no sentido de dar ares de legalidade a licitações fraudulentas, com base no domínio das leis, sob o legítimo conhecimento de fundamentos jurídicos, usados aqui, para lesar o erário.

“Os advogados facilitavam a questão formal do processo licitatório, montavam a licitação. Chegava-se ao ponto de executar a obra antes mesmo de ter sido contratada, de ter passado pela comissão de licitação, com parecer jurídico. Ou seja, na verdade, o processo era montado para depois prestar contas ao Tribunal de Contas, [dizendo] que

estava tudo ok. Havia o interesse das pessoas envolvidas e cada um tirava a sua parte do bolo", destacou o promotor.



Advogado Igor Martins foi o primeiro a ser levado para a sede do Gaeco

Portanto, sustenta o agente da lei, que profissionais da área do Direito usaram do seu conhecimento acadêmico para burlar processos licitatórios, para desviar recursos públicos, assim como para ludibriar uma instituição, o TCE, órgão que auxilia a Assembleia Legislativa do Estado na fiscalização, entre outros, das prefeituras municipais.

Veja também

[Ação conjunta prende em THE o prefeito de Redenção do Gurgueia 'Inquestionáveis', afirma procurador sobre provas contra grupo preso](#)
[Ao vivo para TV, prefeito garante ser inocente e manda abraço pra cidade](#)



Tiago Rodrigues Júnior também foi preso na Operação Déspotas

Sem conhecimentos jurídicos, haveria essa espécie de 'consultoria', por parte desses profissionais do Direito?

FUNDEB... MERENDA... REFORMAS DE ESCOLAS...

- Redenção: recursos desviados eram destinados à Educação

Blogueiro: Por Rômulo Rocha



REDEÇÃO DO GURGUEIA

Operação prende o prefeito, um vereador e dois secretários

Investigação durou sete meses e teve atuação do GAECO, MP, Tribunal de Contas e Controladoria Geral.

LUCIANO COELHO
REPORTER POLÍTICA

Depois de sete meses de investigação, o prefeito de Redenção do Gurgueia, Delano Parente, foi preso acusado de chefiar uma organização criminosa. O procurador de Justiça, Cleandro Moura, informou que eram feitas fraudes em licitações e prestações de contas com notas fiscais frias. Ele informou que foram expedidos 30 mandados de prisão e busca e apreensão. Foram presas 16 pessoas, inclusive o pai do prefeito, um secretário e um vereador do município, além de dois advogados na Operação Dêspta.

"Após o pedido da promotora de Redenção do Gurgueia, Gabriela Almeida, que instaurou o procedimento investigatório, houve a quebra de sigilo telefônico, fiscal e bancário e foram constatadas fraudes e outros crimes. Pelo que apuramos até agora, ele era o líder dessa organização criminosa e está sendo ouvido no Gaeco", explicou o procurador Cleandro Moura.



PREFEITO Delano Parente foi conduzido à Central de Flagrantes porque portava uma arma na hora da abordagem

Foram determinadas 30 ordens judiciais, sendo 16 mandados de prisão, sendo 8 preventivas e 8 temporárias, 11 de busca e apreensão e 3 de condução coercitiva. Além do prefeito Delano de Oliveira Parente Sousa (PP), também foi preso o pai dele, o secretário municipal de Infraestrutura, Aldenes de Sousa Nunes; o vereador Francisco das Chagas Macedo de Andrade (PcdoB); alguns secretários municipais, entre eles um de saúde, ex-presidente da Comissão de Licitação, empresários e advogados", complementou Cleandro Moura.

No momento em que foi preso, o prefeito portava uma

arma de fogo e foi conduzido diretamente para a Central de Flagrantes. O procurador informou ainda que a organização conta com cerca de 40 pessoas, que participavam do esquema de desvio de dinheiro público em Redenção de Gurgueia.

"A investigação foi feita pelo Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado). A organização conta com sete empresas de fachada e pelo menos 40 pessoas, todas estão sendo investigadas. Constatou-se uma verdadeira organização criminosa instalada dentro da prefeitura", revelou.

O esquema que consistia em fraudes de licitações, utili-

zando empresas de fachada e fazendo emissão de notas fiscais frias. A atuação era na construção civil e fornecimento de alimentos para a prefeitura. O procurador não soube precisar valores, mas foram estimados em milhões os valores desviados, e aconteceu desde 2014.

As equipes do Gaeco, Ministério Público, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Tribunal de Contas do Estado e Controladoria Geral da União ainda realizam diligências. O MPE informou que os acusados respondem por crimes de fraudes em licitações, corrupção ativa e passiva, improbidade administrativa e sonegação fiscal.

APPM vai ajudar na administração do município

O presidente da Associação Piauiense dos Municípios (APPM), Arinaldo Leal, informou que a associação vai ajudar o prefeito de Redenção do Gurgueia no que for preciso. "Estamos solidários e vamos ver o que

realmente o que estava acontecendo", adiantou.

Arinaldo disse que a APPM ainda vai tentar ajudar em relação à administração da cidade. "Vamos ver se temos como auxiliar do ponto de vista administrativo lá na cidade, pois

sabemos que o prefeito está nessa situação e o município tem que continuar com as suas ações. Vamos ver o que podemos fazer aqui por ele", afirmou.

O município de Redenção do Gurgueia fica a 663 Km ao

Sul de Teresina, tem uma população de 8.400 habitantes, dos quais 6.236 são eleitores. Delano Parente foi eleito em 2012 com 2.818 votos, derrotando Dr. Macaxeira (PCdoB) que teve 2.393 votos.

Prefeito preso teve contas reprovadas pelo TCE-PI

O prefeito Delano Parente, de Redenção do Gurgueia, preso ontem na Operação Dêspta, teve a prestação de contas referente a 2013 julgada irregular por unanimidade pela 1ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI). O julgamento ocorreu em abril deste ano. O TCE-PI também participou da Operação Dêspta com auditores de controle externo e fornecendo informações estratégicas que levaram ao aprofundamento das

investigações de irregularidades em Redenção de Gurgueia.

O relator do processo da prestação de contas de Delano Parente, conselheiro Olavo Rebêlo, apontou diversas irregularidades na documentação apresentada pela prefeitura - entre elas fraudes em licitações, contratações ilegais e acúmulo de cargos, atraso na entrega de documentos e inconsistência entre informações de despesas e gastos efetivamente realizados. No julga-

mento, Olavo seguiu o parecer do Ministério Público de Contas pela reprovação das contas de gestão e aplicação de multa de 2 mil UFR-PI (Unidade de Referência do Piauí) ao prefeito, sendo seguido por unanimidade pelos demais conselheiros da 1ª Câmara.

A Operação Dêspta foi desencadeada ontem (13) pelo Ministério Público do Estado do Piauí em Teresina, Redenção do Gurgueia, Morro Cabeça no Tempo, Bom Jesus em

Avelino Lopes, no Sul do estado, e resultou na prisão do prefeito de Redenção do Gurgueia, Delano Parente, e de mais 15 pessoas, entre secretários municipais, empresários, advogados e um vereador.

Os auditores de controle externo do TCE-PI, João Luis Cardoso Figueiredo Júnior e Ítalo de Brito Rocha, participaram das operações de prisão e de busca e apreensão em Redenção do Gurgueia.

Zózimo Tavares

zozimotavares@ig.com.br



TCE reprovou contas de prefeito preso

O prefeito Delano Parente (PP), de Redenção do Gurguéia, preso ontem na Operação Déspota, teve a prestação de contas referente a 2013 julgada irregular pela 1ª Câmara do TCE-PI em abril. O relator do processo, conselheiro Olavo Rebêlo, apontou fraude em licitações, atraso na entrega de documentos e inconsistência entre informações de despesas e gastos efetivamente realizados, dentre outras irregularidades.

Os auditores de controle externo do TCE-PI, João Luís Cardoso Figueiredo Júnior e Ítalo de Brito Rocha, participaram da Operação Déspota desencadeada pelo Ministério Público Estadual. O TCE-PI também forneceu ao MPE informações estratégicas que permitiram ao Gaeco aprofundar as investigações que levaram às prisões do prefeito e outros gestores, empresários e advogados acusados de envolvimento na quadrilha que desviava recursos públicos.

Ficha limpa

O Tribunal de Contas do Estado julgou e aprovou ontem por unanimidade as contas da Prefeitura de Bom Jesus relativas a 2011.

Com a decisão, o ex-prefeito Alcindo Piauilino está com a ficha limpa e desimpedido para concorrer a qualquer cargo já nas próximas eleições.

Líder em credibilidade

O DIA



Teresina, Piauí, Quinta, 14 de Julho de 2016

Política O DIA

Edição

Roda Viva

Da equipe » jornal@portalodia.com

Que as investigações avancem sobre outros municípios

A operação Déspota deflagrada ontem (14) por várias instituições mostra a necessidade de ampliar as investigações de desvio de recursos em prefeituras espalhadas pelo interior do Piauí. São 224 municípios no Estado e alguns gestores aproveitam da distância dos grandes centros para fazerem um verdadeiro espetáculo de irregularidades nas finanças municipais, acreditando que os órgãos de fiscalização não chegarão nesses municípios. Comprovando-se todas as acusações contra Delano Parente (PP), prefeito de Redenção do Gurguéia, que ele pague por todos os crimes e que sua prisão sirva de exemplo para outros gestores que agem como verdadeiro déspotas.



Após denúncia já feita ao Ministério Público Federal (MPF), o vereador Dudu reuniu-se com o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), Luciano Nunes, para cobrar agilidade na apuração da denúncia de irregularidades da licitação da coleta de lixo e limpeza pública em Teresina. A prestação de serviços será para os próximos cinco anos, chegando ao valor de R\$ 645,5 milhões. A Prefeitura se defende dizendo que tudo está dentro da legalidade e o que o edital foi bastante discutido com órgãos de controle antes de ser elaborado.

Ficha-suja não impede registro de candidatura de forma automática, diz procurador eleitoral

Robert Pedrosa
Repórter

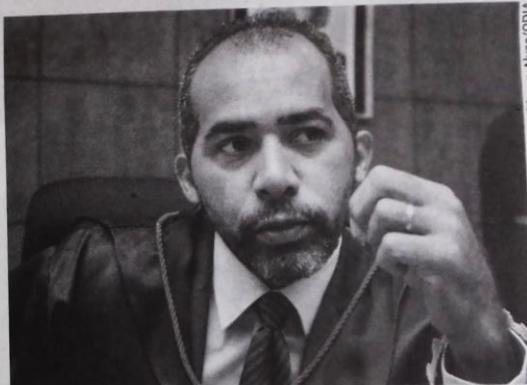
Em vigor desde as eleições de 2010, a Lei da Ficha Limpa não tem aplicação imediata sem uma investigação na vida pregressa do candidato. Isso porque o fato do candidato ficha-suja precisa ser investigado pela Justiça Eleitoral e o Ministério Público.

O procurador regional eleitoral do Piauí, Israel Silva, disse que é necessário um filtro completo das ações nas quais o pré-candidato esteja inserido para que possa decidir sobre o registro ou não da candidatura. "Isso tem que ser feito com muito cuidado, caso contrário o candidato ficha-suja pode ser eleito. Aí, depois, a cassação do man-

dato pode demorar, fazendo com que ele exerça-o de forma ilegítima", afirma o procurador.

A primeira análise do candidato (que não pode ter sido condenado em órgãos colegiados) é feita pela Justiça Eleitoral, pelos partidos, que usam listas emitidas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) e Tribunal de Contas da União (TCU).

Em seguida, vem a análise mais profunda, feita pelo Ministério Público Eleitoral. "Temos outros bancos de dados de forma a pegar integridade da Lei da Ficha Limpa. Procuramos saber os candidatos que foram excluídos do serviço públicos, dos conselhos de profissão, os que tiveram condenação criminal.



Moura Alves/ODIA

Procurador Israel Gonçalves explica aplicabilidade da lei

Nosso banco de dados é pegar a integralidade das hipóteses de inelegibilidade", explica Israel Silva.

Na próxima sexta-feira, 15, Silva comandará uma reunião com todos os promotores

eleitorais para estabelecer estratégias de fiscalização desse período de pré-campanha e campanha. O encontro acontecerá na sede do MPF, na Avenida João XXIII, em Teresina.

Prefeito de Redenção é preso por fraude em licitação e lavagem de dinheiro

Estima-se que o grupo tenha desviados R\$ 17 milhões no esquema de fraudes

Robert Pedrosa, Nayara Felizardo, Maria Clara Estrela e Iliyara Borges Repórteres

O prefeito de Redenção de Gurgueia, município localizado a 530 Km ao Sul de Teresina, Delano Parente (PP), foi preso na manhã de ontem, em seu apartamento, em Teresina. Ele é acusado de participar de um esquema de fraudes em licitação, emissão de notas fiscais falsas, utilização de empresas de fachada e lavagem de dinheiro.

A prisão de Delano faz parte da Operação Dêspota, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público Estadual. Além de Delano, foram presos



o seu pai, Audemex de Sousa Nunes, que é secretário de Infraestrutura de Corrente, e os advogados Igor Martins, dono de um dos principais escritórios de advocacia do Estado, especializado na prestação de consultorias jurídicas a prefeituras no interior, e Thiago Rodrigues.

A operação envolve policiais civis, militares e rodoviários federais, além de equipes do

Tribunal de Contas do Estado (TCE) e Controladoria Geral da União (CGU). Eles estão dando cumprimento a 30 ordens judiciais, sendo oito mandados de prisão preventiva, oito mandados de prisão temporária, três mandados de condução coercitiva e 11 mandados de busca e apreensão nas cidades da região Sul do Piauí e em Teresina.

Entre os presos, além dos

Esquema de desvios envolvia empresas de fachada

Segundo o procurador-Geral de Justiça Cleandro Moura, o esquema envolvia empresas de fachada, que negociavam mercadorias e produtos de construção civil com algumas prefeituras, mas não prestavam o serviço, ou nem forneciam o material. "Eles ainda emitiam notas fiscais sem recolhimento dos impostos devidos, sem recolhimento e ISS e ICMS", explica o procurador Geral de Justiça.

Moura contou que a investigação começou há sete meses e que houve quebra de sigilos telefônicos, bancários e fiscais dos envolvidos. "Constatou-se uma verdadeira organização criminosa instalada dentro da prefeitura", disse o procurador. Ele disse que o prefeito era o líder do grupo.

De acordo com Rodrigo Nunes, inspetor da PRF, além do prefeito e do seu pai, o alvo da operação são dois advogados e três assessores diretos do prefeito. "Foram apreendidos

documentos no apartamento do prefeito, em Teresina, e cumpridos mandados de busca em escritórios de advocacia e contabilidade da capital", disse Nunes.

Cleandro Moura informou os nomes de alguns dos envolvidos no esquema de corrupção e fraude em licitações. Foram citados também o presidente da Comissão de Licitação do município, o tesoureiro da Prefeitura e o vereador Francisco das Chagas Macedo de Andrade.

No momento da prisão de Delano Parente, a polícia encontrou um revólver calibre 38. Como ele não tem porte de arma, foi levado à Central de Flagrantes para ser autuado. Em depoimento à imprensa ele informou que não sabe o que está acontecendo. "Sou inocente, não sei do que estou sendo acusado. Vou provar minha inocência", disse, aparentando tranquilidade.

(Robert Pedrosa, Nayara Felizardo, Maria Clara Estrela e Iliyara Borges)

Prefeito Delano Parente nega acusações

já citados, estão secretários municipais, servidores, empresários e advogados. Eles são acusados de fraude de licitação, cartel, peculato, associação criminosa e lavagem de dinheiro, em prejuízo ao erário público.

Prefeito preso teve contas reprovadas pelo TCE-PI

O prefeito Delano Parente, de Redenção do Gurgueia, preso ontem na Operação Dêspota, teve a prestação de contas referente a 2013 julgada irregular por unanimidade pela 1ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI). O julgamento ocorreu em abril deste ano. O TCE-PI também participou da Operação Dêspotas com auditores de controle externo e fornecendo informações estratégicas que levaram ao aprofundamento das investigações de irregularidades em Redenção de Gurgueia.

Na época, o relator do processo da prestação de contas de Delano Parente, conselheiro Olavo Rebêlo, encontrou diversas irregularidades na documentação apresentada pela prefeitura - entre elas fraudes em licitações, contratações ilegais e acúmulo de cargos, atraso na entrega de documentos e

Nas contas de 2013 foram encontradas fraudes na documentação

inconsistência entre informações de despesas e gastos efetivamente realizados.

No julgamento, Olavo seguiu o parecer do Ministério Público de Contas pela reprovação das contas de gestão e aplicação de multa de 2 mil UFR-PI (Unidade de Referência do Piauí) ao prefeito, sendo seguido por unanimidade pelos demais conselheiros da 1ª Câmara. Os auditores de controle externo do TCE-PI João Luis Cardoso Figueiredo Júnior e Ítalo de Brito Rocha participaram das operações de prisão e de busca e apreensão em Redenção do Gurgueia.

90% das licitações no Piauí são irregulares, diz CGU

Robert Pedrosa Repórter

Um dos crimes praticados pelos envolvidos na Operação Dêspota, a fraude em licitações, é muito comum no Piauí. De acordo com o chefe substituto e regional de Controladoria Geral da União (CGU) do Piauí, Edilson Correia Alves Lima, cerca de 90% das licitações auditadas pelo órgão são irregulares.

Há desde falhas simples, como ausência de um carimbo ou de visto em uma das folhas do documento, até constatação de sobre preço e ainda ano execução correta dos serviços contratados pelo gestor público. "Mas até mesmo pequenas falhas formais podem ser indícios de algum dano mais sério", afirma Alves Lima.

Geralmente, nas licitações, ocorrem irregularidades quando várias empresas combinam entre si o valor a ser cobrado do poder público. Isso faz o preço subir de forma artificial e a diferença em geral é dividida entre os participantes.

"No entanto, a CGU também investiga o que ocorre depois do processo licitatório em si, como se o que constava no edital foi realmente cumprido pela empresa, se a qualidade e quantidade do material está



Controlador substituto da CGU, Edilson Correia, explica irregularidades

de acordo com o contrato. Também apuramos para saber se o produto foi entregue", explica o controlador.

Para Alves Lima, uma maneira de se evitar fraudes em licitações é o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle, como conselhos municipais,

órgãos de auditoria dentro do próprio município, câmara de vereadores, e também os portais de transparência.

"Com os portais de transparência, fica mais fácil ainda a própria fiscalização da população. Ela pode saber por exemplo, se o preço do feijão

que ela compra é mais barato do que o valor pago pela prefeitura", compara o controlador.